

CATÓLICA LAW REVIEW

VOLUME I \ n.º 2 \ maio 2017

DOCTRINA

Carlos Ferreira de Almeida

Professor Catedrático Jubilado
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Joseph William Singer

Bussey Professor of Law
Harvard Law School

Paulo Mota Pinto

Professor Auxiliar
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

Henrique Sousa Antunes

Professor of Law
Católica Lisbon Law School, Universidade Católica Portuguesa

RECENSÃO

Júlio Gomes

Juiz Conselheiro (STJ)
Professor Convidado da Escola de Direito no Porto
da Universidade Católica Portuguesa

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

ÍNDICE

7 Nota da Direção

DOCTRINA

9 Invalidade, inexistência e ineficácia **Carlos Ferreira de Almeida**

Resumo: Este texto trata de três conceitos – invalidade, inexistência e ineficácia de atos jurídicos – e das relações entre eles. O estudo não tem um desiderato prático, mas como a lei é construída com palavras, os regimes muitas vezes dependem dos conceitos usados pelas regras legais. Uma discussão relevante derivada dos conceitos e das regras é que, em sentido estrito, o chamado “contrato inválido” não é um contrato.

Palavras-chave: Atos legislativos. Invalidade. “Contrato inválido”. Inexistência. Ineficácia *stricto sensu*.

Abstract: This essay concerns three concepts – invalidity, non-existence and inefficacy of legal acts – and the relations between them. The study has no practical goals but, as law is constructed with words, the regimes often depend on the concepts used by the legal rules. One relevant conclusion derived from concepts and from rules as well is that, strictly speaking, the so called “invalid contract” is not a contract.

Keywords: Legal acts. Invalidity. “Invalid contract”. Non-existence. Inefficacy *stricto sensu*.

35 We don't serve your kind here: public Accommodations and the mark of Sodom **Joseph William Singer**

Abstract: As we celebrate the fiftieth anniversary of the Civil Rights Act of 1964, we ask: can one person – because of his sexual orientation, race, gender or religious beliefs – be disabled from accessing services that human beings need to live, including food, shelter, bathrooms and fuel?

Even though such discrimination is not socially acceptable by today's standards, it is wrong to assume that there is no need for laws that prohibit discriminatory conduct in this day and age. Today the question is not whether one can find a store willing to let you in and treat you with dignity.

The question is whether one has a right to enter stores without worrying about such things.

Keywords: Civil rights. Limits of private property. Public accommodation laws. Equal access to goods in the marketplace. Segregation. Discrimination. Right to select people to do business with.

Resumo: No momento em que se celebra o décimo quinto aniversário do Civil Rights Act de 1964, perguntamo-nos: pode alguém ser discriminado – por causa da sua orientação sexual, raça, género ou convicções religiosas – no acesso a serviços que todos os seres humanos precisam para viver, como alimento, abrigo, instalações sanitárias ou combustível?

Mesmo que hoje tal discriminação não se coadune com os parâmetros de uma sociedade moderna, é errado assumir que não há necessidade de leis que proíbam os comportamentos discriminatórios nos tempos e dias que correm. Hoje, a questão não é a de saber se se pode encontrar um estabelecimento disponível para o deixar entrar e tratá-lo com dignidade. A questão é de saber se se tem o direito de entrar nos estabelecimentos sem se preocupar com essas coisas.

Palavras-chave: Direitos civis. Limites ao direito de propriedade. Leis de estabelecimentos abertos ao público. Acesso igual a bens no mercado. Segregação. Discriminação. Direito a selecionar as pessoas com quem contratar.

- 59 Sobre a alegada “Superação” do Direito pela análise económica (ilustrada com a análise das medidas da indemnização contratual)

Paulo Mota Pinto

Resumo: Os problemas fundamentais do direito dos contratos são problemas especificamente jurídico-normativos, devendo por isso ser tratados, não só de acordo com as referências próprias de cada sistema, mas também de acordo com a intenção de sentido que inspira a perspectiva jurídica.

Os conhecimentos científicos e a técnica da análise económica do direito devem ter um papel auxiliar para tornar clara a relevância da realidade a que se dirigem, a estrutura factual, tanto desta, como dos efeitos de um determinado regime. A não ser assim estaremos perante um sério desvio metodológico, a revelar grave incompreensão do específico sentido do Direito, quando não mesmo uma opção antropológica discutível e, se levada até ao fim, um retrocesso cultural.

A rejeição do instrumentalismo da análise económica do Direito tem reflexos no modo como se encara a própria decisão do devedor cumprir ou não cumprir obrigações. A esta luz, aborda-se criticamente a teoria do não cumprimento eficiente.

Palavras-chave: Análise económica do direito. Direito Privado. Perda de autonomia do direito. Eficiência. Cumprimento e não cumprimento das Obrigações. Responsabilidade contractual. Não cumprimento eficiente.

Abstract: The fundamental problems of contract law are specifically legal and normative, and should therefore be dealt with, not only according to the specific references of each system, but also in accordance with the meaning intended by the legal perspective.

Scientific knowledge and the technique of the law & economics must have an auxiliary role to make clear the relevance of the reality to which they are addressed, the factual structure and the effects of a given regime. If not so, we will be facing a serious methodological deviation, revealing a serious misunderstanding of the specific sense of the law. If it is not a debatable anthropological option it is, if carried to the end, a cultural regression.

The rejection of the instrumentalism of the law & economics has consequences in the way the debtor will comply or not his obligations. As such, the theory of efficient breach is critically addressed.

Keywords: Law & economics. Private law. Law's loss of autonomy. Efficiency. Compliance and non-compliance with legal obligations. Contractual liability. Efficient breach.

COMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA

- 95 Intellectual property rights: infringement and calculation of damages
Henrique Sousa Antunes

RECENSÃO

- 111 *Die Richtigkeitsgewähr des Tarifvertrags*
Júlio Gomes

Nota da Direção

O segundo número da *Católica Law Review* apresenta-se com cinco textos de elevadíssima qualidade científica. Inserindo-se ainda no ano inicial da revista, optou-se por, à semelhança do que sucedeu com o primeiro número, não fazer uso do recurso a *call for papers*. Todos os artigos são, pois, fruto de convites dirigidos aos seus autores.

O presente número conta, na parte doutrinal, com os contributos de Carlos Ferreira de Almeida (Nova-Lisboa), Joseph Singer (Harvard Law School) e Paulo Mota Pinto (Coimbra). Inclui ainda um comentário a uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia feita por Henrique de Sousa Antunes (Católica-Lisboa) e uma revisão de Júlio Gomes (Católica-Porto).

A revista reúne assim artigos de Professores de reconhecido mérito, agregando temas variados e de grande atualidade. O texto de Carlos Ferreira de Almeida é dedicado à análise dos conceitos de invalidade, inexistência e ineficácia dos atos jurídicos e da relação que se estabelece entre eles. A reflexão de Joseph Singer, tratando dos limites ao direito de propriedade, aborda o problema da discriminação, questionando a existência de um direito a selecionar as pessoas com quem contratar. O estudo de Paulo Mota Pinto propõe uma visão crítica da técnica da análise económica do direito, com consequências práticas no âmbito da compreensão do cumprimento e não cumprimento das obrigações.

Sendo um número de direito privado, é importante notar que qualquer um dos textos que nele se contém aborda temas transversais, e que, por isso, facilmente podem cativar a atenção de juristas mesmo fora dessa área.

Editorial Note

The second issue of *Católica Law Review* brings us five articles of very high scientific quality. In this first year of the *Católica Law Review*, it was the Editors' decision not to call for papers. Therefore, all articles are the result of invitations addressed to their authors.

In the doctrinal part, this issue includes texts of Carlos Ferreira de Almeida (Nova-Lisboa), Joseph Singer (Harvard Law School) and Paulo Mota Pinto (Coimbra). Henrique de Sousa Antunes (Católica-Lisbon) provides a comment on a decision of the European Court of Justice and Júlio Gomes (Católica-Porto) presents us a book review.

The *Católica Law Review* gathers articles of well-known teachers about current wide-ranging themes. In his article, Carlos Ferreira de Almeida analyses the concepts of invalidity, inexistence and inefficacy of legal acts and the relationship established between themselves. Joseph Singer's reflection deals with the limits to property rights, addressing the problem of discrimination and questioning the existence of a right to select the people to enter business with. Paulo Mota Pinto proposes a critical view of the law & economics approach, with practical consequences in the understanding of legal obligations.

Even though this issue is dedicated to private law, it is important to note that all articles address transversal matters, and that therefore they should be under the attention of lawyers from different areas.